

A' Sessão
12.2.98

PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE A INSTALAÇÃO E

FUNÇIONAMENTO DE RECINTOS DE ESPECTACULOS E

DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

PRESENTE NA REUNião
de 16 de 2. 1. 98
O Chefe da Repetição

PREÂMBULO

O Decreto-Lei 315/95, de 28 de Novembro, e o Decreto Regulamentar 34/95, de 16 de Dezembro, vieram estabelecer uma nova regulamentação sobre a instalação e funcionamento dos recintos de espectáculos e divertimentos públicos, assim como fixar o novo regime jurídico dos espectáculos de natureza artística, havendo transferido para a tutela das Câmaras Municipais a verificação das normas técnicas e de segurança dos recintos cuja finalidade principal não seja a realização de actividades artísticas.

O presente Regulamento visa disciplinar os procedimentos necessários ao licenciamento destes últimos recintos e a manutenção das condições técnicas e de segurança após o licenciamento.

Tem o presente regulamento por fundamento o artigo 24º do Decreto-Lei nº 445/91, de 20 de Novembro, os artigos 2º, 3º, 20º e 21º do Decreto-Lei 315/95, de 28 de Novembro, e o artigo 256º do Decreto Regulamentar nº 34/95, de 16 de Dezembro.

CAPÍTULO I

OBJECTO

ARTIGO 1º

Objecto

- 1- presente regulamento tem por objecto a definição dos procedimentos para a emissão da licença de recinto de espectáculos e divertimentos públicos em toda a área do

Município de Miranda do Corvo e bem assim os procedimentos a seguir para assegurar a manutenção das condições técnicas e de segurança constantes no Decreto Regulamentar n.º 34/95, de 16 de Dezembro em todos os recintos destinados a espectáculos e divertimentos públicos, cuja finalidade principal não seja a realização de actividades artísticas.

2- Entende-se por recintos cuja finalidade principal, a realização de actividades artísticas, nomeadamente:

- a) Os teatros;
- b) Os cinemas;
- a) Os cine-teatros;
- b) Os coliseus;
- c) Os auditórios;
- d) As praças de touros fixas.

CAPÍTULO II

INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE RECINTOS DE ESPECTÁCULO

Artigo 2.º

Obrigatoriedade do Licenciamento

1- Estão sujeitos a licenciamento municipal:

- a) A abertura e funcionamento de recintos de espectáculos e divertimentos públicos que não envolvam a realização de obras de construção civil, nem impliquem a alteração da topografia local;

- b) A realização accidental de espectáculos de natureza artística em recintos cuja actividade principal seja diversa e que não se encontrem abrangidos pela Licença de Utilização, nem pelo Certificado de Vistoria definido no artº 11º deste regulamento.

2- Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior consideram-se:

- a) Recintos itinerantes os que possuem área delimitada, coberta ou não, com características amovíveis e que pelos seus aspectos de construção se podem fazer deslocar e instalar, nomeadamente circos e praças de touros ambulantes, barracas de diversão, pistas de automóveis, carroceis e outros divertimentos similares;
- b) Recintos improvisados aqueles cujas características construtivas ou adaptações sejam precárias, ou montados temporariamente para um fim específico, quer em lugares públicos ou privados, com delimitação ou não de espaço, podendo ainda ser cobertos ou descobertos, nomeadamente redondéis, garagens, barracões e outros espaços similares, bem como palanques, estrados e bancadas.

Artigo 3º

Espectáculos de âmbito familiar

Para efeitos deste Regulamento, não são considerados espectáculos e divertimentos públicos os que, sendo de natureza familiar, se realizem sem fins lucrativos, para recreio dos membros de família e convidados, quer tenham lugar no próprio lar familiar, quer em recinto obtido para o efeito.

Artigo 4º

Procedimento

- 1- Os interessados na obtenção da licença de recinto itinerante ou improvisado, ou da licença accidental de recinto para espectáculos de natureza artística referidos,

respectivamente, nas alíneas a) e b), do nº. 1, do artigo 2º deverão efectuar o respectivo pedido através de requerimento, do qual conste.

- a) A identificação e residência ou sede do requerente;
- b) A indicação do local de funcionamento,
- c) O período de duração da actividade;
- d) A lotação prevista;
- e) O tipo de licença pretendida.

2- O requerimento deverá ser acompanhado da documentação exigida para o efeito, podendo a Câmara Municipal, no prazo de três dias, solicitar outros elementos se aqueles se mostrarem insuficientes;

3- A Câmara Municipal, após a realização da respectiva vistoria, se for caso disso, pronunciar-se-á no prazo de cinco dias a contar da data da apresentação do requerimento ou dos elementos solicitados nos termos do número anterior.

4- A competência para a emissão das licenças referidas, do Presidente da Câmara, que pode delegá-la em qualquer vereador ou chefe de divisão.

5- A licença de recinto itinerante, improvisado ou accidental, é válida pelo período que for fixado pela Câmara Municipal.

6- Para efeitos da emissão da licença accidental de recinto sempre que entenda necessário, a Câmara Municipal poderá consultar a Direcção-Geral dos Espectáculos, ao abrigo do disposto no nº. 2 do artº 22º, do Dec. Lei 315195, de 28 de Novembro.

7- As licenças referidas neste artigo deverão ser requeridas com pelo menos oito dias de antecedência. O pedido de concessão da licença accidental de recinto deverá ser deferido ou indeferido até, seis horas antes da hora marcada para o início do

espectáculo, à excepção dos dias não úteis e feriados.

- 8- O requerimento referido no número anterior pode também dar entrada até, ao quarto dia anterior ao espectáculo, pagando o requerente uma taxa equivalente ao dobro da resultante do anexo I, a que se refere o artigo 21º. do presente Regulamento e sendo de três dias o prazo referido no nº 3.

Artigo 5º

Conteúdo do alvará das licenças de recinto improvisado, itinerante e accidental de recinto

Do alvará das licenças de recinto itinerante, improvisado ou accidental de recinto devem constar as seguintes indicações:

- a) A denominação do recinto;
- b) O nome da entidade exploradora do recinto;
- c) A actividade ou actividades a que o recinto se destina;
- d) A lotação do recinto para cada uma das actividades referidas na alínea anterior;
- e) A data da sua emissão e o prazo de validade da licença;
- f) Condicionantes para o seu funcionamento, se as houver.

Artigo 6º

Indeferimento do Pedido de licença

- 1- O pedido de concessão de licença de recinto itinerante ou improvisado será indeferido:

- a) Se o local a licenciar não possuir licença do Governo Civil do Distrito, quando tal seja obrigatório;
- b) Se a vistoria a que se refere o nº. 3 do artigo 4º se pronuncie nesse sentido

- 2- O pedido de concessão da licença accidental de recinto ser indeferido nos casos referidos no número anterior e ainda se o proprietário do local não tiver requerido licença de utilização, nos casos em que, é obrigatório.

Artigo 7º

Documentos a apresentar para recintos itinerantes

- 1- É obrigatório apresentar para efeitos de licenciamento de recintos itinerantes:
- a) Apólice de seguro contra terceiros;
 - b) Termo de responsabilidade assinado por um técnico habilitado para o efeito, ou, na sua ausência, pela entidade exploradora, tendo em vista garantir que a mesma verificou as condições específicas em que o recinto ou divertimento foi montado e a fiabilidade dos respectivos conteúdos.
- 2- Os serviços camarários poderão nos casos em que a complexidade do recinto ou divertimento assim o justifique, exigir que o termo de responsabilidade seja obrigatoriamente assinado por um técnico habilitado.
- 3- No caso de praças de touros desmontáveis e circos ambulantes, obrigatório a apresentação de projecto e memória descritiva.
- 4- O referido no número anterior, extensível a divertimentos, sempre que a sua complexidade assim o justifique.

Artigo 8º

Documentos a apresentar para recintos improvisados e licença accidental de recinto

- 1- É obrigatório apresentar para efeitos de licenciamento de recintos improvisados:

- a) Apólice de seguro contra terceiros;
 - b) Termo de responsabilidade assinado por um técnico habilitado para o efeito, ou, na sua ausência, pela entidade exploradora, tendo em vista garantir que a mesma verificou as condições específicas em que o recinto ou divertimento foi montado e a fiabilidade dos respectivos componentes.
- 2- Os serviços camarários poderão nos casos em que a complexidade do recinto ou divertimento assim o justifique, exigir que o termo de responsabilidade seja obrigatoriamente assinado por um técnico habilitado para o efeito.
- 3- Para o licenciamento de recintos improvisados ou concessão de licenças acidentais de recinto, em recintos como barracões, garagens, ou outros recintos congêneres, ou ainda estádios de futebol ou pavilhões desportivos e similares, em que se perspetive lotações superiores a 500 pessoas, é exigida a apresentação de um projecto e memória descritiva sobre a ocupação do espaço, assim como a indicação da respectiva lotação prevista.
- 4- No caso de palcos e bancadas de grandes dimensões e outras estruturas congêneres, é exigido um projecto e memória descritiva, os quais, nos restantes casos de estruturas similares, os serviços camarários poderão dispensar.

Artigo 9º

Autenticação de bilhetes

- 1- Nos espectáculos artísticos em recintos referidos no artigo anterior, é obrigatória a prévia consulta à Câmara Municipal antes da entidade exploradora colocar à venda os bilhetes para os respectivos espectáculos, desde que a lotação dos mesmos seja superior a 1.500 lugares.

- 2- Se a Câmara Municipal assim o entender os bilhetes serão autenticados, conforme o disposto no artº 23º do Dec. Lei 315/95, de 28 de Novembro.

Artigo 10º

Cedência de Terrenos

Não haverá lugar á devolução das importâncias recebidas das entidades que tenham arrematado terrenos camarários para a instalação de recintos improvisados ou itinerantes destinados a espectáculos e divertimentos públicos, no caso de se verificar posteriormente que os mesmos não reúnem as condições necessárias para o seu licenciamento.

Artigo 11 º

Recintos Fixos de Diversão

- 1- Os recintos fixos de diversão pública, nomeadamente discotecas, bares com música ao vivo, salas de baile, salões de jogos, salões polivalentes, e outros similares, carecem para o seu funcionamento de Licença de Utilização.
- 2- ~~Cumulativamente, tendo em vista garantir a manutenção das condições técnicas e de~~ segurança específicas dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos, serão realizadas vistorias com periodicidade de três anos e com carácter de obrigatoriedade para a exploração destes recintos.
- 3- Nos recintos de 5ª. categoria as vistorias só serão realizadas com periodicidade definida se após a análise das condições técnicas e de segurança pelos serviços camarários respectivos tal for julgado conveniente.

- 4- Com base no Auto de Vistoria ser emitido um Certificado de Vistoria, nos termos do artigo 12º, que deve ser afixado em local bem visível à entrada do recinto;
- 5- As entidades exploradoras destes recintos deverão requerer uma nova vistoria aos serviços camarários competentes sessenta dias antes de expirar o prazo indicado no Certificado de Vistoria.
- 6- Os recintos com o Certificado de Vistoria não necessitam da licença accidental de recinto para a realização de espectáculos de natureza artistica, desde que a actividade se encontre prevista no mesmo.
- 7- A vistoria para efeito de emissão de Certificado de Vistoria, sempre que possivel, ser realizada em simultâneo com uma das seguintes situações:
 - a) Vistoria para a emissão da Licença de Utilização.
 - b) Vistoria para a emissão do Alvará Sanitário

Artigo 12º

Conteúdo do Certificado de Vistoria

O Certificado de Vistoria a emitir, após a homologação pelo Presidente da Câmara Municipal ou vereador ou director de serviços em quem ele delegar, deve conter as seguintes indicações:

- a) A designação do recinto;
- b) O nome da entidade exploradora
- c) A actividade ou actividades a que o recinto se destina;

- d) A lotação do recinto para cada uma das actividades referidas na alínea anterior;
- e) A data da emissão.

Capítulo III

Fiscalização e Sanções

Artigo 13º

Fiscalização deste Regulamento

- 1- A fiscalização do cumprimento do disposto no presente Regulamento compete aos serviços da Câmara Municipal e a outras autoridades policiais e administrativas.
- 2- As autoridades policiais e administrativas que verifiquem infracções ao disposto no presente Regulamento levantarão os respectivos autos de notícia e deverão remetê-los à Câmara Municipal no prazo máximo de vinte e quatro horas.

Artigo 14º

Embargo

- 1- As obras executadas em desrespeito das condições técnicas e de segurança a que deve obedecer o recinto e do regime de licenciamento de obras particulares intuito pelo ~~Decreto-Lei 445/91, de 20 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº.250/94, de 15 de Outubro,~~ serão embargadas pelo Presidente da Câmara.
- 2- O embargo poderá também ser decretado pelo Presidente da Câmara se a obra estiver dispensada ou tiver sido dispensada de licenciamento municipal, salvo o caso a que se refere a alínea c) do nº.1 do artigo 3º. do Decreto-Lei 445/91, de 20 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº. 250/94, de 15 de Outubro.

- 3- Aos embargos referidos nos números anteriores aplica-se a tramitação constante do artigo 57º do Decreto-Lei nº 445/91, de 20 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto Lei nº.250/94, de 15 de Outubro, sem prejuízo do disposto no Dec.Lei nº 92/95, de 9 de Maio.

Artigo 15º

Contra-Ordenações

Constituem contra-ordenações puníveis com as seguintes coimas:

- a) De 15 000\$00 a 300 000\$00 e de 25 000\$00 a 500 000\$00, conforme seja praticada por pessoa singular ou colectiva, a violação do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 11º e a falta de pedido de renovação do certificado de vistoria, após a respectiva caducidade, salvo tratando-se de recinto de 5ª categoria;
- b) De 10 000\$00 a 200 000\$00 e de 20 000\$00 a 400 000\$00, conforme seja praticada por pessoa singular ou colectiva, respectivamente, a violação do disposto do nº.1 do artigo 2º;
- c) De 7 000\$00 a 150 000\$00 e de 15 000\$00 a 300 000\$00 conforme seja praticada por pessoa singular ou colectiva, respectivamente, a falta de renovação nos termos do nº. 3 do artigo 11º do presente Regulamento e a apresentação do certificado de vistoria, após a respectiva caducidade, fixada nos requerimento da renovação do certificado de vistoria fora do prazo referido no nº 5 do artigo 11º, salvo tratando-se de recinto de 5ª. categoria;
- d) De 5 000\$00 a 50 000\$00 e de 10 000\$00 a 100 000\$00, conforme seja praticada por pessoa singular ou colectiva, respectivamente, a apresentação do requerimento da renovação do certificado de vistoria fora do prazo referido no nº. 5 do artigo 11º, no caso de recintos de 5ª. categoria.

Artigo 16º

Medida da Coima

A determinação da medida da coima faz-se em função da gravidade da contra-ordenação, da culpa, da situação económica do infractor e da existência ou não de reincidência.

Artigo 17º

Negligência e Tentativa

Nas contra-ordenações referidas no artigo 15º a negligência e a tentativa serão sempre puníveis.

Artigo 18º

Sanções acessórias

1 - Além da coima, podem ser aplicadas ao infractor as seguintes sanções acessórias:

- a) Encerramento do recinto;
- b) Revogação total ou parcial das licenças de recinto previstas no presente Regulamento.

2- As sanções referidas no número anterior têm a duração máxima de um ano.

Artigo 19º

Competência para a instrução e aplicação de sanções

A instrução dos processos de contra-ordenação e aplicação das coimas e sanções acessórias por violação de normas contidas neste Regulamento, da competência da Câmara Municipal, podendo esta delegar em qualquer dos seus membros, nos termos do nº 4 do art.21º da Lei nº1/87, de 6 de Janeiro.

Capítulo IV

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 20º

Vistoria

- 1- A vistoria a que se refere o nº 3 do artigo 4º do presente Regulamento destina-se a verificar a adequação do recinto, em termos funcionais, ao uso previsto, bem como à observância dos princípios gerais relativos às normas de segurança, de acordo com o Decreto-Lei nº 315/95, de 28 de Novembro, e o Decreto Regulamentar nº 34/95, de 16 de Dezembro.
- 2- A vistoria a que se reporta o número anterior, quando necessária, bem como as resultantes do disposto no artigo 11º deste Regulamento serão efectuadas pela comissão que estiver designada pela Câmara Municipal, nos termos do nº 4 do artigo 27º do Decreto-Lei nº 445/91, de 20 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 250/94, de 15 de Outubro.

Artigo 21º

Taxas

- 2- Pela emissão das licenças e realização das vistorias a que se referem os artigos 2º, 4º, 11º, 20º e 22º deste Regulamento, devido o pagamento das respectivas taxas, em conformidade com o anexo I ao presente Regulamento.
- 3- As taxas, quer pela emissão das licenças, quer para a realização das vistorias, serão actualizadas no início de cada ano pela forma prevista no Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal.
- 4- As taxas referidas nos números anteriores serão pagas do seguinte modo:

- a) As respeitantes às vistorias, no acto da entrega da petição que dê origem à realização das mesmas;
- b) As respeitantes ao licenciamentos, previamente à emissão dos respectivos alvarás ou em simultâneo com a sua emissão.

Artigo 22º

Certificado de vistoria para recintos fixos, já abertos ao público

Após a entrada em vigor deste Regulamento, as entidades exploradoras dos recintos de diversão referidos no artº. 11º deverão solicitar, no prazo de 60 dias, a realização de uma vistoria, tendo em vista a emissão de um certificado de vistoria.

Artigo 23º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no prazo de 15 dias após a sua publicação legal.

Anexo I

Capítulo I

Taxas

Secção I

Licenças

Artigo 1º

Pela emissão de licenças e realização das vistorias a que se referem ao artigos 2º e 11º deste Regulamento são devidas as seguintes taxas: